

SALVADOR EM 1968: UM BREVE REPERTÓRIO DE LUTAS ESTUDANTIS UNIVERSITÁRIAS

MAURICIO BRITO *

1. INTRODUÇÃO

No início do ano letivo de 1968, levando uma carroça puxada pelos calouros, estudantes de Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) interromperam o tráfego no centro de Salvador. Queriam dar visibilidade ao trote. Atividade presente na cultura universitária, o trote era uma maneira dos alunos antigos – veteranos – acolherem a chegada daqueles recém aprovados no vestibular – os chamados calouros. Junto à comemoração da entrada de novos colegas no curso, os jovens também queriam protestar. O conteúdo das críticas pode ser percebido pelos dizeres de um dos irônicos cartazes: *“Quem nasce no Vietnã – Vietnamita. Quem morre – americano”*.

Além do trote, no caso da UFBA, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e a União dos Estudantes da Bahia (UEB) chegariam a lançar uma apostila com um histórico da Guerra do Vietnã e sua importância política, concluindo que *“a nossa solidariedade a este heróico povo comprova o nosso repúdio aos intervencionistas e exploradores, que são os mesmos aqui e lá”* (UEB/DCE, s.d.). Diversos diretórios realizariam cursos e debates enfocando a questão. Um ex-estudante membro do Diretório Acadêmico (DA) afirmou que, certa vez, um colega buscou hastear uma bandeira pró-Vietnã na Faculdade de Filosofia. No plano nacional, estudantes cariocas foram processados pela Justiça Militar por terem pichado frases alusivas à guerra: *“Viva Vietcong”*, *“Vietcong aponta o caminho”*. Já na Universidade de Brasília (UnB) houve algumas assembléias com a bandeira do Vietnã decorando a mesa, simbolizando e homenageando a resistência antiimperialista.

Não precisamos de mais exemplos para enfatizar sem meias palavras: a resistência vietnamita constituiu-se numa referência para os estudantes mais engajados no cotidiano do Movimento Estudantil (ME), sobretudo em 1968. Nesse mesmo ano, diversos países foram sacudidos por manifestações estudantis (cf. Martins Filho, 1996). Para os propósitos deste texto, não nos interessa fazer ampla discussão sobre o tema. Basta ressaltar que *“1968 foi um ano de paixões desenfreadas em todo o mundo. Seria difícil inventariar as influências. Mas é possível ressaltar certas linhas de força”* (Reis Filho, 1998, p. 32).

O trote político anunciado na introdução já demonstra que estas linhas de força impactaram, no Brasil não o deixando imune aos terremotos políticos protagonizado por jovens. Em 1968, o golpe de 1964 completava quatro anos. Vivia-se sob a égide de uma ditadura militar e Arthur da Costa e Silva presidia o país. Setores que tinham apoiado o golpe acreditando que os militares voltariam aos quartéis depois de destituir os civis e os supostos comunistas já somavam forças junto à oposição. De outro ângulo, após a repressão e envolvida ainda num intenso debate sobre as causas da derrota em 1964 e as

perspectivas de luta, a esquerda vivia cisões, rachas, fusões e algumas das suas correntes já vislumbravam ações armadas para enfrentar a ditadura.

Quanto ao ME, após ter suas entidades representativas desestruturadas e muitos ativistas destituídos, já atingia outro patamar organizativo a partir de situação ímpar. Aprovada no final de 1964, a Lei Suplicy tornava ilegal a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as entidades estaduais e visava quebrar a autonomia do ME. Todavia, paradoxalmente, foi fundamental para a reorganização da UNE e dos DAs, uma vez que havia setores que eram anticomunistas mas defendiam o direito à organização estudantil.

Desse modo, desde 1965 a UNE realizava seus Congressos e, em 1968, a esquerda já havia retomado a direção política da entidade. Para além da esfera organizativa, os anos de 1966 e 1967 foram marcados por lutas estudantis contra a repressão, a política educacional do governo e as anuidades, dentre outros. No caso baiano, estes mesmos anos também foram palco de protestos comuns envolvendo secundaristas e universitários, com destaque para as lutas pela liberdade de expressão e contra a repressão cultural no Colégio Central (1966) e contra a cobrança de mensalidades no ensino secundário em 1967 (cf. Benevides, 1999; Brito, 2003 e Dias, 2001).

2. A LUTA DOS EXCEDENTES

A partir desse acúmulo de experiência, o ME deu sinal de vida logo no início do ano com a mobilização dos *excedentes*. Classificados no vestibular, mas em posição aquém do número de vagas oficialmente declaradas ou abaixo da média necessária, esses estudantes – chamados de excedentes – buscaram desenvolver formas de pressão para garantir sua vaga na Universidade. A questão tinha dimensão nacional sendo interessante frisar que houve lutas de excedentes em diversas Universidades. Referenciado principalmente na imprensa, Saldanha de Oliveira (1998: 150) destaca que a mobilização dos excedentes alagoanos envolveu diversos segmentos da população, desenvolveu várias formas de luta mas, ao contrário de outros estados, não teve como *“objetivo explícito colocar em xeque a política educacional do regime militar”*. Já no Rio Grande do Norte, por exemplo, houve acampamento em praça pública, abaixo-assinado e pressão junto a parlamentares do estado (cf. Silva, J., 1989).

No caso da UFBA, essa demanda por vagas no ensino superior também esteve na pauta do ME. O DCE e a UEB (1968) lançaram um **Caderno dos Excedentes**. Além disso, houve uma tentativa de organizar a luta, reunindo os DAs e preparando um levantamento de vagas existentes nas unidades. No que pese os esforços, os encaminhamentos não contemplaram o tempo e a dinâmica real da luta em curso, haja vista que, um dia depois da reunião entre as entidades estudantis, os excedentes de arquitetura começaram, através do DA, um acampamento em frente à Reitoria. Aliás, esta iniciativa seria alvo de críticas por parte de diretores do DCE/UEB, na maior parte ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). É possível que as divergências se acentuaram devido ao fato do presidente do DA ser integrante da Ação Popular (AP), corrente política adversária do PCB.

Mesmo que possa ter existido disputa pela direção política da mobilização, os estudantes de Arquitetura estavam num nível de organização adiantado. O DA já tinha conquistado o apoio dos professores, da Congregação e o Diretor da Faculdade teria viajado à Guanabara com o intuito de solicitar verbas suplementares ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) para efetivar a matrícula dos excedentes. Embalados ao som do violão e portando faixas com os dizeres “*Se o país precisa de arquitetos, por que somos excedentes?*”, os estudantes nutriam esperança de que dessa viagem resultasse a ampliação de vagas. A realização do acampamento em frente à Reitoria pode ter tido o objetivo de pressionar o Reitor Roberto Santos a assumir a liderança institucional da luta. Depois de sete dias acampados, manifestaram alegria quando lhes anunciaram que seriam matriculados. Levantaram o acampamento, prometendo voltar caso o compromisso não fosse cumprido.

Longe de ser um problema restrito à Arquitetura, esta questão perpassou diversas áreas. Apesar das iniciativas organizativas já apontadas, não houve muita unificação entre os cursos. A fragmentação reproduzia-se porque esta reivindicação encontraria desfecho nas Congregações de cada curso ou Faculdade (ainda que na maior parte dos casos dependesse de verbas federais). Quanto às formas de luta, em geral, as soluções negociadas com as diversas Congregações foram privilegiadas. Essa tática deu certo na maioria dos cursos e/ou Faculdades onde identificamos registros desta mobilização, quais sejam Odontologia, Ciências Econômicas, Farmácia, Direito, Filosofia, Medicina e Arquitetura. Em relação ao silêncio quanto aos outros cursos, há duas idéias complementares. É possível ter ocorrido alguma manifestação de excedentes sem visibilidade política e pública. Uma segunda é lembrar que o problema não emergia em todas as Faculdades, já que alguns cursos (a exemplo de Ciências) tinham baixa concorrência e/ou sobravam vagas por faltarem candidatos.

Ainda discorrendo sobre a tática, parece que houve uma síntese de vontades entre estudantes, professores e Diretores. Além disso, o MEC prometeu verbas suplementares para atender à demanda, ao mesmo tempo em que uma comissão criada pelo governo para elaborar a reforma da Universidade – sem a participação estudantil – propunha mudanças no vestibular para esvaziar a questão dos excedentes. De todo modo, para comemoração dos estudantes baianos, na maior parte dos casos os excedentes foram matriculados. Vale enunciar que isso se constituiu num paradoxo: ao mesmo tempo em que os estudantes eram matriculados, o governo cortava verbas para as Universidades. Como demonstraremos adiante, as conseqüências desse problema para a UFBA viriam à tona...

Sem sucesso na unificação da luta e por vezes com disputas internas, a UEB e o DCE tentaram ser o elo entre os excedentes de diferentes cursos. É bem provável que as lideranças do ME tenham formulado a respeito da importância da luta, seja no sentido de democratizar o acesso à Universidade, seja para fortalecer o ME estreitando laços com os novos alunos. Além disso, tornava-se fundamental aproveitar o suposto ímpeto dos calouros para o engajamento no ME, como se depreende da leitura do **Caderno** da UEB/DCE, no qual as lutas

dos excedentes “*servem como meio de educação e de preparação àqueles que serão os futuros universitários e substitutos das atuais lideranças*”. É neste sentido que se discutiu também a *Semana do Calouro*, prevista para começar em 1º de maio.

3. A MORTE DE EDSON LUÍS E A REAÇÃO DO ME NA UFBA

Os planos seriam mudados por um acontecimento inesperado. Em 28 de março, estudantes cariocas protestavam contra o fechamento do Restaurante Calabouço, que servia refeições para estudantes pobres. Houve atritos com a chegada de policiais. Tiros foram disparados, um dos quais alvejou o jovem estudante Edson Luís, que caiu morto na calçada. Os estudantes resolveram não liberar o corpo para as autoridades, pois temiam que a Polícia desaparecesse com o cadáver. Levaram-no então para a Assembléia Legislativa do Estado (cf. Ribeiro do Valle, 1999).

A resposta ao brutal assassinato viria dias depois em escala nacional. Houve comoção na opinião pública e passeatas de protesto em diversas cidades (cf. Martins Filho, 1987). Estes ventos de indignação com a repressão policial também sopraram na UFBA. Em 30 de março, o DCE e a UEB deflagraram uma greve geral de protesto contra o assassinato do estudante. Programaram uma concentração na Praça Castro Alves e uma passeata com bandeira de luto pelo centro da cidade. O governador Luís Viana lamentou a morte do jovem, ao mesmo tempo em que fez pronunciamento pela TV pedindo aos estudantes para não irem às ruas “*perturbar a vida da cidade*”. Além dessa iniciativa, o governo tentaria esvaziar a reação estudantil fechando as escolas públicas.

Houve reuniões nas Faculdades e passeata silenciosa rumo ao Restaurante Universitário para nova assembléia. Aprovou-se uma Missa de 7º dia pela memória de Edson Luís. Celebrada no Mosteiro de São Bento e com as palavras religiosas proferidas pelo Abade Dom Timóteo Anastácio, a atividade contou com quase 1.500 presentes, entre estudantes, artistas, intelectuais e outros setores sociais. Esta composição por si só denota que o protesto não ficou restrito ao ME.

No outro dia, os estudantes realizaram um comício no centro da cidade com direito a farta distribuição de panfletos e manifestos à população sobre as razões do protesto. Organizaram comícios-relâmpagos em pontos de ônibus. Alguns chegaram a entrar nos veículos e proferir discursos buscando angariar o apoio da população. Até pichação foi feita pelas ruas do centro. A passeata continha cartazes com vários dizeres, entre os quais: “*Abaixo a violência*”, “*Abaixo o arrocho*”, “*Queremos escola e comida para o povo*”. Estas formas de comunicação e o conteúdo das mensagens revelam uma tentativa do ME buscar sensibilizar a população para a luta contra a ditadura.

Antes da passeata, os estudantes aprovaram em assembléia geral *batizar* o viaduto do Canela com o nome de Edson Luís e colocar uma placa no Restaurante Universitário em homenagem ao estudante assassinado. Encerrando a semana de protesto, decidiram voltar às aulas após suspender

oficialmente a greve geral. Como parte de uma estratégia de acumular força e aprofundar o debate em torno da política educacional do governo, os primeiros dias de aula foram destinados a organizar a *Semana do Calouro*.

Quanto ao balanço dos protestos, em sintonia com o que ocorria em outros estados, a mobilização ganhou altos níveis de apoio de setores sociais. Segundo Ribeiro do Valle (1999), foi a principal vitória do ME junto à opinião pública. Artistas de teatro, por exemplo, reverteram para os estudantes a renda da peça *Uma obra do governo*, em cartaz no Teatro Vila Velha. Intelectuais publicaram um manifesto criticando a violência policial e solidarizando-se com os estudantes. Houve uma passeata que foi considerada uma das maiores realizadas pelo ME, avaliação semelhante ao que ocorreu noutras cidades, como o Rio de Janeiro (cf. Dirceu e Palmeira, 1998).

4. A GREVE DOS ESTUDANTES DA UFBA

Se, em escala nacional, a morte de Edson Luís teve papel fundamental para colocar em voga a luta antiditatorial, logo em seguida ocorreria uma mudança: o central da pauta do ME seria a política educacional do governo. Em comum acordo com essa agenda nacional, um dos principais acontecimentos do ME da UFBA foi a greve contra o corte de verbas para a instituição.

Esse problema era antigo. Ao observar as *Atas do Conselho Universitário (Consuni)*, percebemos que, desde 1965, havia queixas em relação ao orçamento. Em 1965, houve uma redução de 20%; em 1966, baixou 33%; em 1967, foi dito que não estaria em condições satisfatórias. Já em março de 1968 o corte de verbas e suas conseqüências para o funcionamento da Universidade foram publicizados. Nessa época, mais da metade do orçamento era comprometida com o pagamento de pessoal e a parte de custeio seria a principal atingida. Para piorar a situação, mesmo com o corte, as verbas não tinham sido liberadas.

Os estudantes foram às ruas protestar. Através de campanha com comícios-relâmpagos e panfletagens, conclamavam o povo a participar da mobilização. O ME teria como estratégia buscar outros setores sociais como aliados e aproveitar espaços de denúncia da crise universitária. Deste modo, confirmaram presença junto à bancada oposicionista do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para participar do 1º de maio.

Contudo, a mobilização central se deu no nível interno, a partir de cada unidade. A programação da Semana do Calouro, anteriormente suspensa por conta da morte de Edson Luís, foi repensada e colocada em prática. O evento tematizou a política educacional e econômico-financeira do governo. Quanto aos objetivos, a Semana do Calouro visava esclarecer o estudante recém-ingresso na Universidade sobre a situação da instituição, o papel do ME e as perspectivas profissionais das áreas específicas. Além disso, esta atividade era compreendida pelo DCE como uma forma de estimular a participação dos calouros.

Já no início de maio houve uma passeata para protestar contra o corte de verbas e o arrocho salarial. Cerca de mil estudantes participaram da mobilização. Pelas lentes da imprensa, o objetivo central foi desgastar o governo, haja vista os gritos de que “*povo organizado derruba a ditadura*”. A Polícia não reprimiu a manifestação.

Talvez percebendo que naquele momento haveria pouca disposição da maioria dos universitários para a luta, o ME seguiu a orientação nacional da UNE de *volta às escolas* (cf. Martins Filho, 1987). Decidiu fazer discussões em todas as escolas através de palestras, seminários e pela constituição de Grupos de Trabalho por Faculdade para um Dossiê/Relatório sobre cada unidade. Outra atividade ocorreu dentro desta ótica: o *Seminário de Política Educacional do Governo (SEPEG)*. Na pauta, a preocupação em “*estudar, analisar e debater os problemas que afligem a Universidade no Brasil e, principalmente, definir e sistematizar uma linha de ação prática para as lutas que teremos de travar contra a política educacional do Governo*” (UEB/DCE, 1968a). Diga-se de passagem, a greve estava sendo preparada:

A deflagração da greve está sendo adiada porque, segundo as lideranças estudantis, nem todos os universitários estão mobilizados, embora a crise da Universidade já se tenha alastrado para quase todas as unidades, em consequência dos cortes de verbas impostos pelo governo

Embora a avaliação acima descrita prime pela preocupação com a mobilização, como foi frisado, os reflexos do corte de verbas já se faziam sentir em todas as unidades, somados a reivindicações específicas. Ainda que o DCE/UEB tenha programado iniciativas para organizar a tomada de deliberação coletiva, neste período estudantes de dois cursos (Geologia e Nutrição) entraram em greve. Enquanto os primeiros reivindicavam a regulamentação da profissão de geólogo, os acadêmicos de Nutrição lutavam por um prédio para desenvolver suas atividades de ensino-aprendizagem.

As entidades estudantis marcaram uma assembléia geral com vistas a aprovar uma resolução coletiva. No entanto, nem todos os cursos esperaram essa reunião e a entrada na greve ocorreu em ritmos distintos, sendo que os acadêmicos de Odontologia, Medicina e Enfermagem iniciaram a greve antes da assembléia geral. Enquanto isso, outras Faculdades aderiam à mobilização. Em 11 de junho de 1968, oficializou-se a greve dos estudantes da UFBA, reivindicando a liberação das verbas para a Universidade. Segundo um panfleto destinado “*ao povo e aos trabalhadores da Bahia*”, os estudantes estavam

em greve contra o corte de verbas destinadas à educação feito pela ditadura reacionária entreguista, a qual continua a impor ao povo brasileiro o caminho da fome, da miséria e da opressão. O que atualmente ocorre na Universidade – o corte de verbas – tem como único objetivo a transformação do ensino gratuito em ensino pago, que tornará o mesmo mais distante dos trabalhadores

No quesito formas de luta, a novidade foi a *greve de ocupação*. Diversas Comissões foram constituídas: alojamento, alimentação, segurança, imprensa etc. Por fim, deliberou-se a necessidade de elaborar relatórios a partir dos problemas específicos, o que implica dizer que as pautas eram diversificadas. Não detalharemos as reivindicações por curso, uma vez que a leitura tornar-se-ia cansativa. O mais importante é atentar para duas questões. A primeira diz respeito a uma vazão de *agendas reivindicatórias*, transcendendo a luta por mais verbas. Este aspecto é importante porque denota a estratégia de mobilização estudantil com base no *particular*. Segundo o presidente da entidade,

quando a luta se desenvolve neste nível se consegue muito maior participação e também faz com que os estudantes – mobilizados em torno de suas questões próprias, de seus problemas imediatos – venham a entender a verdadeira causa do caos universitário, passando a ver a Universidade inserida num sistema econômico e numa estrutura social, que de fato são os determinantes da situação em que nos encontramos

Ao enfatizar uma pauta marcada por especificidades, os estudantes iriam atingir um outro objetivo: conquistar o apoio dos professores para a greve. É neste sentido que muitos docentes comprometer-se-iam em não realizar exames neste período nem anotar o assunto como dado. Em algumas unidades, teriam presença ativa junto ao corpo discente, debatendo os problemas dos cursos. Além disso, declarariam apoio aos estudantes através de manifestos públicos, como o abaixo reproduzido, datado de 14 de junho de 1968:

Os abaixo-assinados, professores da Faculdade de Filosofia da UFBA, vêm demonstrar, nos termos de seus colegas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, a sua desaprovação à política educacional que, aumentando vagas nos cursos universitários e encorajando matrículas de excedentes como medida indispensável ao desenvolvimento, simultaneamente corta as verbas das Universidades, reduzindo-as à indigência. Tal demonstração de incoerência e falta de racionalidade se evidencia, ainda, numa reforma universitária que, se apresenta um avanço na sua estrutura orgânica, esquece os estímulos à atividade do docente, de quem muito exige e a quem pouco se oferece, para realização das tarefas de pesquisa e ensino, tão importantes para a comunidade. Na qualidade de mestres, compreendem as inquietações da juventude como reflexo das incoerências acima denunciadas [no] espírito das massas estudantis. Os signatários, ao tempo em que, assim, interpretam o atual Movimento Estudantil, exprimem seu desejo de urgente equacionamento realístico e coerente dos problemas universitários pelo mesmo Movimento levantados, problemas cujas soluções não deverão estar nunca desvinculadas dos interesses do país e do seu povo

Contudo, a repercussão da greve não gestou apenas atos de solidariedade ao ME. Exemplo que conforma essa assertiva diz respeito a uma bomba jogada

de madrugada na Reitoria da UFBA. A autoria desse ato é desconhecida. Sabe-se apenas que partiu de pessoas mascaradas que fugiram em seguida. Horas depois, provavelmente o mesmo grupo teria invadido a Escola de Nutrição, arrancando cartazes e faixas alusivas à greve, mas teriam sido afugentados por membros da Comissão de Segurança que pernoitavam no estabelecimento.

O episódio citado permite atentar para o papel da Comissão de Segurança. Sua atribuição era não permitir que pessoas estranhas entrassem nas Faculdades com o objetivo de promover vandalismo e descaracterizar as lutas, estratégia usada pela Polícia, que buscava infiltrar membros dos seus efetivos, seja para fins de espionagem, seja para promover atos inconseqüentes. Longe de ação isolada da Polícia local, ela era parte do *modus operandi* nacional do aparelho repressivo. Segundo Wladimir Palmeira, houve infiltração de agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) na Comissão de Segurança carioca (cf. Dirceu e Palmeira, 1998: 131). Este depoimento reforça, em alguma medida, a entrevista de militares acerca da eficácia dessa estratégia. O Tenente-Coronel Adyr Fiúza de Castro chegou a afirmar que mais da metade da Comissão de Segurança na Passeata dos Cem Mil era constituída de Sargentos do Exército (cf. D'Araújo, 1994: 40).

Outras Comissões também tinham papel importante. A de Imprensa destacava-se por dialogar com amplas parcelas da sociedade. Os principais meios eram panfletos distribuídos em bairros, pontos de ônibus, jogos de futebol e ônibus. Usava-se também o Jornal-Mural, meio de comunicação bastante utilizado desde tempos anteriores pelo ME. Em termos de sonorização, lançava-se mão de alto-falante colocado na frente das Faculdades, onde estudantes revezavam-se na tarefa de esclarecer a população sobre as razões da luta.

Essa política de comunicação articulava-se com a financeira. Buscando viabilizar um *fundo de greve* para eventuais despesas, o ME organizava os *pedágios*. Eram grupos de estudantes solicitando aos pedestres e, sobretudo, aos motoristas, ajuda material para a greve. Uma outra forma de arrecadação era a contribuição dos professores. Por último, a Comissão de Alimentação estava afinada com as outras, construindo campanhas de arrecadação de alimentos organizadas junto à sociedade. Estas ações nos mostram a preocupação do ME em diversificar as formas de luta, buscando ganhar apoio social.

É interessante notar que a força do movimento grevista influenciou também estudantes de outras instituições. Deste modo, alunos da Escola Baiana de Medicina (EBM) e da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) também deflagraram greve de ocupação. As reivindicações básicas eram a rejeição da cobrança abusiva de anuidades e a defesa do ensino de qualidade. Os ventos da greve chegaram também aos secundaristas. Com demandas específicas, a exemplo da crítica ao vestibular único (o que, segundo as entidades, dificultaria mais ainda o ingresso das camadas populares à Universidade), o ME secundarista dava passos na mobilização que poderia desembocar numa greve no setor.

5. A POLÍCIA INVADE AS FACULDADES

Depois de alguns dias ocupando as Faculdades, na madrugada de 15 de junho os universitários foram surpreendidos com a invasão de tropas da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e de agentes do DOPS, que, armados e levando cachorros amestrados, prenderam os estudantes que lá se encontravam. De todas as unidades da UFBA, a Faculdade de Medicina foi a última a ser invadida e a mais agredida. Segundo um jornal, *“tropas da polícia, utilizando uma escada do Corpo de Bombeiros, penetraram pela porta da frente, quebrando ainda duas janelas laterais com coronhadas de rifle”*. O DA elaborou um relatório onde constava que a Polícia *“consumou o mais lamentável ato de vandalismo, pilhagem e estupidez que a Faculdade foi alvo durante seus 160 anos de autonomia”*. Segundo os estudantes, entre os danos causados pela Polícia encontravam-se: arrombamento e destruição parcial do gabinete do Diretor e das salas da Congregação, da Secretaria, do Conselho Departamental e do DA; destruição da porta do Salão Nobre, das máquinas de escrever, telefones e material literário e o desaparecimento de alimentos destinados aos estudantes que se encontravam no local.

Mesmo a ação policial não implicou no fim da greve. Um dia após o incidente, os alunos voltaram às Faculdades afixando cartazes para denunciar a invasão. Paralelo a isto, professores de diversas unidades universitárias reuniram-se na Reitoria para analisar os acontecimentos da madrugada, deixando explícito:

a) seu inconformismo em face do desrespeito à autonomia universitária e à autoridade de seus dirigentes; b) sua solidariedade às providências adotadas pelos órgãos diretivos da Universidade e c) sua disposição de dar continuidade ao diálogo com o corpo discente, buscando uma solução em comum para os graves problemas que afligem a Universidade brasileira

O Reitor Roberto Santos manifestou-se contra a invasão das Faculdades pela Polícia, alegando que a Universidade era regida por um regime disciplinar próprio e que seus problemas eram exclusivamente afetados por esse sistema. Em seguida, recebeu uma comissão de quinze estudantes. Do ponto de vista público, a direção da Universidade se posicionou:

As autoridades universitárias, reunidas para exame da situação em que se encontra a UFBA e preocupadas com o seu desdobramento, dirigem aos estudantes veemente apelo para que retomem suas atividades, a fim de que o diálogo entre professores e alunos em torno dos problemas universitários continue no exclusivo âmbito em que se deve manter, recomendam-lhes vigilância para que se não desvirtuem sua motivação e sentido originários

Os estudantes continuaram na luta. No dia 26 de junho, em assembléia realizada na Faculdade de Filosofia, decidiram manter a ocupação das Faculdades, o funcionamento das comissões de esclarecimento popular, bem como comícios-relâmpagos em diversos bairros de Salvador. Como resultado

da mobilização, quase dois bilhões de cruzeiros foram liberados pelo Governo para a UFBA. Ainda assim, e evidenciando que a luta não era apenas por mais verbas, os universitários confirmaram uma passeata contra a política educacional do governo. Com a expectativa de contar com a presença de professores, intelectuais, artistas, jornalistas e clero, os estudantes intensificaram a campanha de esclarecimento popular.

A ordem lida nas assembléias sugeria que os discentes enviassem as reivindicações ao DCE, com cópia aos diretores, que as encaminhariam ao Reitor. Além disto, orientava que os estudantes discutissem a validade da ocupação das escolas nas salas de aula, distribuíssem questionários à população e continuassem buscando o comprometimento dos professores com o Movimento. Em termos de perspectivas, propunham que a greve continuasse (mesmo com a liberação das verbas) caso outras Universidades brasileiras entrassem em greve.

Dias depois, os estudantes voltaram às ruas com o apoio de jornalistas e intelectuais. Saindo de três roteiros diferentes, protestaram contra a repressão policial, a política educacional do governo e o arrocho salarial. Jornalistas aderiram ao Movimento. Intelectuais baianos também estiveram presentes na passeata com a faixa *“Jovens poetas da Bahia com os estudantes”*. Depois de ocuparem as ruas, os estudantes decidiram manter a greve e enviar um **Memorial** ao Reitor, contendo as reivindicações específicas.

Enquanto isso, os professores universitários se mobilizavam para construir a Associação da categoria: *“Neste momento de crise, devemos estar unidos em torno de órgão independente que possa congrega os corpos docentes de todos os níveis e de todas as categorias”, explicaram os professores Istvan Jancsó e Renato Mesquita, à frente do grupo da Faculdade de Filosofia que tomou a iniciativa*”. Marcaram uma assembléia para o dia 4 de julho. Desnecessário dizer que o ME deve ter influenciado muitos dos professores na perspectiva de uma organização sindical.

6. A AÇÃO NO ESCRITÓRIO DO MEC-USAID

Como já foi dito, a greve tinha pautas específicas e gerais. Dentre elas, estava a crítica aos *Acordos MEC-USAID*. Numa das passeatas, depois de percorrerem as ruas do centro e realizarem um comício no Campo Grande, um grupo de manifestantes ocupou o escritório da MEC-USAID que funcionava próximo à Reitoria. Os dirigentes da UEB e do DCE tinham posição divergente. Parece que o outro grupo de estudantes tinha disposição de incendiar o local, simbolizando a revolta dos estudantes face ao Acordo. O fato é que houve uma ocupação do escritório, quebra-quebra e incêndio de parte das instalações. No final do ato, Hermínio Vieira, um jovem sapateiro – sequer era estudante – foi preso e autuado para ser processado pela Justiça Militar.

No outro dia, as manchetes da imprensa noticiavam o ato como uma coisa isolada e impensada de uma minoria. Dias depois, o governo emitiria um comunicado oficial afirmando que *“não mais serão permitidas passeatas ou*

concentrações de qualquer natureza". Longe de ser uma mera formalidade, esta declaração adquiriu sentido prático nas próximas ações de rua desenvolvidas pelo ME, conforme veremos. Sobre a ação em si, não encontramos nenhum registro a favor da iniciativa. Em sentido contrário, as entidades estudantis lançaram nota oficial criticando o fato.

Este episódio indica divergências no interior do ME, sobretudo entre as correntes políticas. Vale sublinhar que o debate sobre este episódio não ficou restrito às lideranças das entidades e/ou das correntes políticas. Um exemplo que confirma essa reflexão diz respeito a uma resolução tirada numa assembléia dos alunos de Física e Matemática:

Assim é que, junto às chamas da bandeira dos Estados Unidos, uma pequena parcela que quebrou e queimou o MEC-USAID, foram esgotados toda a revolta e potencial da luta de massa, transformando-os automaticamente numa auto-satisfação primitiva e deplorável. Também fica registrada a tentativa de levar uma passeata, que não era somente estudantil, para frente da Reitoria Isto é oportunismo! Conscientemente ou inconscientemente se tentou utilizar trabalhadores mobilizados em torno da luta contra o "arrocho salarial" e a "ditadura" para a obtenção pura e simples das reivindicações estudantis

7. A LUTA REIVINDICATÓRIA

Aplicando uma resolução já mencionada em linhas anteriores, o ME da UFBA passou a priorizar reivindicações específicas. Os relatórios construídos nas unidades seriam sistematizados num documento único, o *Memorial*. Em 10 de julho, após uma assembléia realizada na Escola de Teatro, cerca de 1500 estudantes foram a um encontro com o Reitor Roberto Santos e entregaram-lhe o *Memorial* com um prazo de dez dias para a Reitoria se posicionar em relação ao conteúdo das reivindicações. No mais, aprovaram a criação de uma Comissão Mista entre Professores e Estudantes para apreciar as reivindicações. Isso tinha uma lógica, notadamente porque havia reivindicações que dependiam de verbas do governo federal, outras seriam negociadas com o Reitor e outras ainda poderiam ser resolvidas em cada Faculdade.

É possível imaginar a existência de um desgaste político no ME, já que os estudantes ultrapassavam a marca dos trinta dias em greve. Mesmo a ocupação já era mantida em esquema de rodízio. Além disso, não podemos esquecer que, quanto mais tempo em greve, mais as férias ficariam comprometidas. Sem falar nos formandos. Motivações à parte, em 25 de julho surgiu o debate para finalizar a greve. A proposta foi rejeitada. Mas o principal aspecto a ser enfatizado foi a tentativa imprimida pelo ME de deslocar o eixo da greve para a questão da Reforma da UFBA. Afinal, já havia mais de um mês em greve e pouco debate em relação à Reforma Universitária (em curso adiantado na UFBA).

Talvez em busca de informações e aliados políticos, os estudantes aprovaram a criação de um Fórum de Debates sobre a Reforma da UFBA. A idéia foi incorporar professores do Conselho Universitário, membros da Comissão Mista e todos aqueles que estivessem interessados no tema. Embora tivesse alegado inicialmente que problemas de agenda o impossibilitariam de se fazer presente no debate, o Reitor resistia à discussão do tema com os estudantes. Estes alegavam o pouco esclarecimento e divulgação sobre a reforma em curso; sobre o conteúdo, diziam que as mudanças propostas tinham orientação imperialista. Por sua vez, o Reitor argumentava que a reforma se inspirou no projeto da UnB e que inexistia clima para debater com os estudantes.

Neste cenário, o dia 30 de julho foi programado para reuniões nas unidades. Na assembléia geral do dia posterior, o ME aprovou a volta às aulas no dia 5 de agosto. Marcou-se a segunda sessão do Fórum de Debates e concluiu-se a reunião com a avaliação de que o retorno às aulas era uma *tática* para informar e mobilizar mais os alunos. Além disto, diversificando as bandeiras de luta, os estudantes aprovaram a realização de um protesto contra o aumento das tarifas de ônibus.

8. AGOSTO: EM POUCOS DIAS, INTENSOS CONFRONTOS

A volta às aulas foi marcada pela indignação com a prisão de Wladimir Palmeira, considerado o mais importante líder estudantil do ME carioca. Explodiram manifestações em algumas cidades. No caso baiano, os estudantes aprovaram fazer uma passeata para criticar a prisão, bem como, protestar contra o aumento do preço da passagem em transportes coletivos e denunciar a política educacional do governo. Em 6 de agosto, o que seria uma passeata estudantil transformou-se em conflitos generalizados entre policiais e estudantes. Implementando a resolução expressa no comunicado oficial emitido após o fato relacionado ao escritório MEC-USAID, atendendo à pressão de militares da chamada *linha dura* no interior do governo estadual, ou sem controle efetivo sobre a esfera repressiva estatal, a atuação da repressão governista foi marcada pela violência. Houve um trabalho de equipe entre as Polícias Civil, Federal e Militar, o DOPS e a Guarda Civil.

Como resultado, dezenas de feridos, prisões de estudantes e jornalistas, tiros para o alto, bala perdida atingindo a Assembléia Legislativa e uma bala acertada em Júlio Pavese, aluno do curso de Ciências Sociais. Impactados com a repressão, os jovens se dispersaram e reorganizaram-se na Reitoria e no Restaurante Universitário. Cerca de cem estudantes fizeram um plantão na clínica e acompanharam o estado de saúde do colega baleado. Professores de Medicina também prestaram assistência. Houve doação coletiva de sangue para o estudante. Em resumo: a violência da Polícia reforçou os laços de solidariedade ao ME.

Já a reação estudantil não teria apenas como ingrediente o repúdio à violência. Para se ter uma idéia, ainda na noite do incidente um grupo de estudantes estava reunido em frente ao Restaurante Universitário quando notaram um aparente desconhecido, de fisionomia familiar. Alguém percebeu que aquele rosto era mais próximo do que se pensava. O grupo tomou a iniciativa de

chamar estudantes com tradição de participação nas Comissões de Segurança das passeatas. Eis que o desconhecido fora abordado. Tomaram-lhe os documentos e constataram que, conforme suspeitas, tratava-se de um agente do DOPS que supostamente cumpria função de espionagem. Vendaram-lhe os olhos e levaram-no à assembléia estudantil que, a esta altura, já se desenrolava. A entrada na Reitoria foi um espetáculo. Imaginemos a cena: numa reunião com ânimos à flor da pele, estudantes trazendo como *refém* um policial amarrado, passivo e inofensivo. Certamente, as propostas mais diversas devem ter surgido sobre o que fazer com aquele policial... No final das contas, o deboche foi a tática para desmoralizá-lo. Segundo um ex-estudante de Direito,

ele estava com a namorada no ponto de ônibus em frente da Residência Universitária, olhando os estudantes e dando informação. Articulamos e prendemos o cara [que] foi levado para uma assembléia enorme que estava tendo na Reitoria (...) com um pano na cabeça. Quando ele chegou foi um impacto violento, todo mundo ficou assombrado (...). Debateu-se na assembléia o que fazer com ele, decidiu levar para a Escola de Veterinária. Naquele tempo ainda não existia o Pavilhão de Aulas da Federação (PAF). Tudo ali era uma mata geral, então, ele ficou lá a noite toda naquela mata e, quando foi uma certa hora da madrugada, (...) deixou ele [de cueca] na pista de Ondina lá na praia.

Após essa atitude irônica, o ME marcou nova manifestação de rua a partir de três pontos diferentes. Seu destino era a Praça Municipal, local que concentrava, além da Assembléia Legislativa, a Câmara de Vereadores, a Prefeitura Municipal e a sede do Governo Estadual. A Polícia não deixou. Tiros e bombas de gás lacrimogêneo foram lançados. Houve espancamento indiscriminado. Populares que se encontravam no centro realizando compras teriam sido agredidos. A Polícia teria infiltrado agentes no meio dos estudantes para efetuar provocações. O professor catedrático da Escola de Belas Artes Riolan Coutinho, que passava por perto, foi espancado e jogado num caminhão com dezenas de mulheres e menores de idade. Alguns estudantes buscaram refúgio no Mosteiro de São Bento. Ao contrário de outras vezes, nesta oportunidade os policiais não respeitaram a Igreja nem tampouco atenderam aos apelos de Dom Timóteo. Invadiram o templo, espancaram e prenderam alguns estudantes. Sete pessoas foram feridas a bala. Estes dados mostram o quanto o regime militar havia endurecido, desrespeitando leis e instituições (cf. Benevides, 1999).

O dia seguinte caracterizou-se pela articulação política para outra passeata anunciada. A invasão do Mosteiro virou alvo de críticas. Sob a presidência de Dom Timóteo, estudantes, intelectuais, professores e artistas reuniram-se na Escola de Teatro para um ato político de protesto. Parlamentares do MDB prestaram solidariedade ao Abade. Enquanto isso, nas Faculdades, o clima era de tensão. A Escola de Administração foi invadida pela Polícia e espalharam-se boatos de que outras unidades estariam na mira. Havia desconfiança sobre qualquer pessoa de fisionomia desconhecida, tida como agente policial.

No Centro de Salvador, a imprensa noticiou incidentes entre populares e policiais. Em alguma medida, depreende-se da leitura dos jornais a vigência de uma paisagem social de tensão e medo. Esta análise se reforça na medida em que encontramos reportagens enfatizando que o comércio estaria sofrendo grande prejuízo, bancos com expedientes encerrados, clientes desmarcando consultas, pontos facultativos em repartições públicas etc. Alegava-se também que o *Dia dos Pais* teria apresentado queda de vendas em 40%.

Diante dessa atmosfera, a Polícia montou um forte esquema de repressão ostensiva, em meio a boatos de uma nova mobilização. As tropas saíram fortemente armadas. O Centro fechou o comércio. Houve invasão policial nas Faculdades de Administração e Ciências Econômicas. Atentos à correlação de forças sociais, os estudantes não foram às ruas, declarando que suspenderam a passeata prevista “*para evitar o massacre*”. Já em 15 de agosto a passeata terminou com um jornalista tendo sido agredido pela Polícia e sete estudantes presos. Ademais, não houve nenhum incidente e os estudantes universitários parecem ter organizado um recuo. Como já foi dito, o endurecimento da repressão na Bahia não era algo isolado da situação nacional.

Diante disto, tornava-se fundamental debater a situação do país e os desafios do ME. Para tanto, os estudantes debruçar-se-iam centralmente na preparação local para o 30º Congresso da UNE. Desnecessário dizer que estes confrontos refletir-se-iam em propostas de enfrentamento. Reagindo à conjuntura, o ME radicalizava seu discurso e métodos de ação. Como um demonstrativo dessa radicalização, é importante que apontemos rápidas notas sobre a Faculdade de Direito.

Após reconhecer três membros da Polícia que eram estudantes de Direito e tinham participado diretamente da repressão ao ME na condição de policiais, os acadêmicos do curso se mobilizaram reivindicando a expulsão daqueles tenentes-estudantes. O clima de hostilidades ficou tão intenso que houve uma determinação por parte do Diretor, professor Orlando Gomes, no sentido de fechar a Faculdade. Houve ocupação pelos alunos, desocupação com base em mandato de reintegração de posse solicitado pelo Diretor, posterior reabertura e novo fechamento. Essa mobilização deixou a Faculdade sem aulas por quase um semestre. A Congregação da Faculdade criou uma comissão para investigar a questão. No final das contas, os três estudantes permaneceram matriculados. Independente do desfecho, este acontecimento ilustra um clima de radicalização no ME, num contexto de endurecimento do regime. Vale mencionar que essa nuvem *antipolicial* tentou se espalhar em outras unidades. Segundo um ex-presidente de DA, ocorreu movimento em menor escala na Faculdade de Filosofia:

Em determinado momento, descobriu-se que havia colegas que eram policiais. Alguns estudantes vieram me procurar para denunciar aquilo, propondo organizar assembléias para expulsá-los da Faculdade. Não concordei com aquilo

9. O 30º CONGRESSO DA UNE (Conune): PREPARAÇÃO E DESDOBRAMENTOS

O segundo semestre de 1968 é tido por muitos como o início do refluxo do ME brasileiro (cf. Reis Filho, 1998; Saldanha de Oliveira, 1994). Neste período, diminuíram as manifestações de rua e o ME viveu um polêmico debate sobre os desafios da UNE. No plano político-organizativo, emergiu o dilema entre fazer um Congresso aberto ou clandestino. A maioria optou pela segunda alternativa. Essa divergência nacional se deu principalmente no seio das correntes políticas que predominavam na direção da entidade, quais sejam a AP, as Dissidências Estudantis do PCB e a Política Operária (Polop).

Em termos de UFBA, como já foi dito, a partir do final de agosto o ME voltou sua energia para a participação no Congresso. Os diversos DAs elegeram seus representantes/delegados, tanto para o Conune quanto para o Congresso Regional UNE, uma das fases do evento nacional. O processo eleitoral combinou com a realização de assembléias por curso, votação em urna e indicação/aprovação por séries. Foram ao Conune, entre delegados e observadores, 39 estudantes da UFBA e 15 estudantes de outras Universidades (cf. DEOPS/SP, 1968).

No que diz respeito ao Congresso Regional, ocorreu outra polêmica acerca da sua instalação enquanto evento aberto ou clandestino. Este dilema resultava das polêmicas nacionais sobre o Congresso da UNE, que também dividia as bancadas dos estados presentes ao Fórum, a saber, Alagoas, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Sergipe (cf. Saldanha de Oliveira, 1994). O desfecho do impasse foi favorável a um Congresso legal. Segundo Sérgio Passarinho, à época presidente da UEB,

fizemos o Congresso em locais públicos, em salas de Faculdades, os estudantes receberam tickets impressos. Conseguimos até da Reitoria o reconhecimento destes tickets como autorização de ingresso nos Restaurantes e Residências Universitários. Alojamos e alimentamos todos os estudantes que vieram para este evento preparatório (apud. Reis Filho, 1998: 182)

Cumprida essa fase, restaria instalar o 30º Congresso da UNE em São Paulo, num sítio na cidade de Ibiúna. De acordo com a documentação da Justiça Militar, os delegados teriam viajado de ônibus, alguns sozinhos e outros acompanhados. Todos tinham senhas diversas, dadas por um desconhecido com sotaque sulista que passou pela Universidade. Apesar desses cuidados, o evento foi desbaratado. Mostrando como o aparelho repressivo se organizava nacionalmente e implementava suas táticas de repressão preventiva com base na contra-informação, a Polícia já sabia do evento dez dias antes (cf. DEOPS/SP, 1968). Na madrugada do dia 12 de outubro, tiros foram dados para cima. Os estudantes acordaram assustados. Estavam cercados. Era a queda de Ibiúna. Presos, foram levados ao Presídio Tiradentes (cf. Santos, N., 1980).

A notícia gerou manifestações em várias cidades. Em Salvador, no dia 15 de outubro houve protestos marcados por atritos entre a Polícia e estudantes. Uns dando tiros, outros, pedradas. Novamente, o Centro virou uma praça de

guerra. No dia seguinte, **A Tarde** publicou um *Editorial* na primeira página intitulado “Acabem com isto”. A matéria desconhecia aquela manifestação estudantil enquanto expressiva do conjunto dos estudantes. Segundo o jornal, seria fruto de um pequeno número de “agitadores violentos”, relembrando que houve apoio da sociedade à luta estudantil por melhores condições de ensino e que o governo teria tomado iniciativas para resolver o problema. Nada teria adiantado, porque o que aquela “minoridade de jovens” queria era a mudança do regime, embora o povo brasileiro não quisesse escravizar-se. Dizia ainda que,

ao que tudo indica, entretanto, o que é preciso já não é apontar as causas, mas sim os lugares de onde provêm a inspiração desses movimentos e os seus agentes, que devem ser quanto antes identificados e afastados de junto da juventude, a que procuram envenenar por todas as maneiras, por considerá-la a melhor linha de frente para seus desígnios demolidores. (...) Mas, que o governo com isto procure acabar sem apelo às armas de guerra. Usar armas de fogo, que ferem e matam, contra jovens em erro político não é só uma temeridade: é uma burrice. É atender aos desígnios dos manipuladores da desordem, ávidos de sangue, com que possam sensibilizar a opinião pública, particularmente as massas trabalhadoras

Este trecho mostra o jornal enquadrando a opinião pública. A reportagem contribuía implicitamente para a feitura de um ambiente político de isolamento social do protesto universitário. Ainda assim, os estudantes continuaram com as manifestações. Devido ao pequeno número de participantes, com os principais dirigentes presos e em função da repressão ostensiva, os comícios-relâmpagos foram a principal forma de luta. Eles foram realizados por diversos grupos, de locais diferentes, para tentar driblar a ação da Polícia. Mais uma vez, os conflitos deram o tom. Carros oficiais foram virados, depredados, pichações foram feitas e os estudantes revidavam aos tiros da Polícia com pedradas. No final do ato, cerca de setenta estudantes foram presos.

Em 19 de outubro, os delegados e observadores baianos presentes ao 30º Congresso da UNE chegaram a Salvador escoltados por agentes policiais. Foram direto para a Vila Militar, no bairro do Bonfim. Ficariam presos e incomunicáveis por alguns dias, sendo ouvidos aos poucos. Interessa dizer que todos os estudantes presos foram liberados da prisão. Seus depoimentos seriam anexados a um Processo movido pela Justiça Militar para apurar as ações do ME. Antes da liberação de todos os detidos ainda seria organizada outra manifestação estudantil. Ao invés do Centro, os estudantes escolheram o bairro do Comércio e, mais uma vez, ocorreram conflitos com os policiais. Houve feridos e prisões. Uma senhora observava os acontecimentos pela janela do edifício e foi alvejada com uma bala. Repórteres da imprensa foram ameaçados. Segundo **A Tarde**, o Banco do Estado da Bahia teria sido cercado por policiais que teriam alegado que um deles feriu-se quando jogaram um cinzeiro do prédio. Tomando como base a imprensa, essa foi a última ação de rua dos universitários baianos no ano de 1968.

O desbaratamento do 30º Congresso da UNE já era um demonstrativo da intolerância da repressão com a oposição. Após o Congresso de Ibiúna, muitos

estudantes brasileiros foram denunciados em processos jurídicos (em alguns casos, imediatamente presos enquanto o inquérito tramitava). Em seguida à queda de Ibiúna, houve o *Ato Institucional Nº 5 (AI-5)*, que praticamente fechou as possibilidades de alguma resistência *legal* e *aberta* ao regime. Também chamado de “golpe dentro do golpe”, o AI-5 suspendeu o direito ao *habeas-corpus* e instituiu a censura.

Para fechar mais o cerco ao ME, em fevereiro de 1969 o Governo baixou o *Decreto 477*, o qual previa a expulsão de professores que se envolvessem em manifestações de caráter “político-partidário”. Quanto aos estudantes que participassem dessas ações, seriam impedidos de se matricular por até três anos numa Faculdade. Este Decreto fecharia mais ainda as possibilidades de ação institucional do ME. Além disto, seria aplicado de modo retroativo e ilegal na UFBA, ao cassar o direito de matrícula de 72 estudantes (cf. UEB/DCE, s.d.a.).

10. PALAVRAS FINAIS

É razoável pensar que, em determinado momento, a repressão abafou a capacidade do ME expressar uma resistência através dos moldes anteriores: luta *aberta* e *de massas*. A violência do segundo semestre do ano de 1968 e o endurecimento nacional do regime consolidado com o AI-5 completaram o quadro de medo e cerceamento do direito à palavra. Os primeiros sinais do “milagre econômico” e a nacionalização da repressão política seriam faces da ditadura – ambas contribuindo para um freio nas manifestações de massa em oposição ao regime militar.

A cassação do direito à matrícula de alguns estudantes da UFBA, em 1969, representou um atentado à autonomia universitária, sem vozes sociais à altura para uma contraposição a esta medida. Além disso, este contexto amedrontou mais ainda os descontentes, inibindo a reorganização do Movimento. Por outro, representou uma quebra de laços subjetivos de enorme repercussão para a vida de muitos estudantes. Exílio, fugas, clandestinidade, processos, prisão. Desnecessário dizer que este processo de intensa repressão esvaziou a representatividade do ME e consolidou um afastamento entre os setores militantes e o *estudante comum*, aquele que não era cotidianamente engajado no ME e/ou em organizações de esquerda.

Ainda assim, a vitória da repressão não significou o fim da resistência estudantil, mas sim a sua readaptação às novas formas de sociabilidade em curso à época e com impacto na Universidade, notadamente após a consolidação da Reforma Universitária, às novas formas de sensibilidade coletiva e à consolidação de uma indústria cultural. Isto, porém, é tema para um outro artigo...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Benevides, Sílvio. **Proibido proibir: uma geração na contramão do poder – o Movimento Estudantil na Bahia e o jovem**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Salvador, UFBA, 1999. (mimeo)

- Brito, Antonio Mauricio F. **Capítulos de uma história do Movimento Estudantil na UFBA (1964-1969)**. Dissertação de Mestrado em História. Salvador, UFBA, 2003. (mimeo)
- D'Araújo, Maria Celina et al. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS/SP). **Relatório Operação Ibiúna XXXº Congresso da Extinta UNE. 12 de outubro de 1968**. São Paulo, DEOPS/SP, 1968.
- Dias, José Alves. **A subversão da ordem: manifestações de rebeldia contra o regime militar na Bahia (1964-1968)**. Dissertação de Mestrado em História. Salvador, UFBA, 2001. (mimeo)
- Dirceu, José e Palmeira, Wladimir. **Abaixo a ditadura**. Rio de Janeiro, Espaço & Tempo/Garamond, 1998.
- Fernandes, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.
- Martins Filho, João Roberto. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil: 1964-1968**. Campinas, Papirus, 1987.
- _____. **A rebelião estudantil, 1968: México, França e Brasil**. Campinas, Mercado de Letras, 1996.
- Reis Filho, Daniel Aarão e Moraes, Pedro de. **68 – a paixão de uma utopia**. Rio de Janeiro, Espaço & Tempo, 1988.
- Ribeiro do Valle, Maria. **O diálogo é a violência: Movimento Estudantil e Ditadura Militar em 1968**. Campinas, Unicamp, 1999.
- Saldanha de Oliveira, José Alberto. **A mitologia estudantil: uma abordagem sobre o Movimento Estudantil alagoano**. Maceió, Sergasa, 1994.
- _____. “O Movimento Estudantil em Alagoas: uma abordagem e algumas reflexões”. In Martins Filho, João Roberto (org.). **1968 faz 30 anos**. São Paulo, UFSCar, 1998, p. 145-164.
- Santos, Andréa Cristina. **Ação entre amigos**. Dissertação de Mestrado em História. Salvador, UFBA, 2004. (mimeo)
- Santos, Nilton (org.). **História da UNE**. São Paulo, Livramento, 1980.
- Silva, Justina Iva de Araújo. **Estudantes e política: estudo de um movimento (RN, 1960-1969)**. São Paulo, Cortez, 1989.
- Silva, Sandra Barbosa. **Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada**. Dissertação de Mestrado em História. Salvador, UFBA, 2003. (mimeo)
- União dos Estudantes da Bahia (UEB)/Diretório Central dos Estudantes (DCE). **Caderno de Excedentes. Gestão 67/68**. Salvador, UEB/DCE, 1968.
- _____. **Iº Seminário de Política Educacional do Governo (SEPEG)**. Salvador, UEB/DCE, 1968a.
- _____. **Contribuição ao debate sobre o Vietnam**. Salvador, UEB/DCE, s.d.
- _____. **Avante**. Salvador, UEB/DCE, s.d.a.

* Antonio Mauricio Freitas Brito é mestre em História (UFBA), doutorando em História Social (UFBA) e bolsista da CAPES. [mafbrito@hotmail.com; ma_fbrito@yahoo.com.br]